

## O efeito paralisante

O governo tomou um susto de verdade com a conquista, pela oposição, do número suficiente de assinaturas de congressistas para requerer a abertura da CPI da Corrupção. Seu líder no Congresso, deputado Artur Virgílio (PSDB-AM), reconhece que se encontra diante do seguinte dilema: ou a CPI não se instalará, por seus vícios de inconstitucionalidade, "ou se instalará para investigar os 19 fatos determinados e indeterminados indicados no requerimento".



Artur Virgílio: "Vale a pena fazer tudo para evitar a CPI"

**Contaminação** – Em cada um dos casos haverá obviamente um impacto diferente. Na hipótese, entretanto, de que a investigação seja constituída, o primeiro e confuso obstáculo à sua eficácia será o amplo espectro de fatos a serem apurados. Virgílio nota que uma comissão parlamentar mista, como é o caso, é composta por 22 congressistas (11 deputados e 11 senadores). Desse número, elegem-se um presidente e dois vices,

além de um relator-geral. Faltará, portanto, um parlamentar para sub-relatar um dos 19 itens, uma vez que para cada um deles haverá um sub-relator. "Será uma CPI ridícula, só de caciques", observa o líder em tom de blague.

Virgílio não esconde a preocupação oficial "com a questão política interna".

Segundo ele, na hipótese de aprofundamento da crise política com a instalação de uma CPI, haverá inevitável contaminação do quadro econômico. Por isso, alega, "tudo que for legítimo fazer para evitar a CPI vale a pena, pois a nossa principal obrigação é proteger a economia".

Ao contrário do que ocorre nas democracias consolidadas, os inquéritos políticos, sobretudo durante períodos pré-eleitorais, têm um poder paralisante sobre o governo no Brasil. Nesse aspecto, não há dúvida para o líder governista de que a CPI da Corrupção terá efeito deletério sobre a agenda pública. Isso porque a paixão política não permite que o País continue funcionando normalmente, mesmo quando os fundamentos macroeconômicos são saudáveis, como ocorre hoje. "O Brasil não consegue fazer bem as duas coisas. Em geral, a realidade é que as CPIs paralisam e postergam a agenda".

\*\*\*

## Quem não chora...

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários, aprovada discretamente no Senado na semana passada, é a nova esperança das empresas brasileiras de navegação para conseguir aliados para um velho pleito: a possibilidade de usarem recursos do Fundo de Marinha Mercante para outros fins, e não apenas em investimentos. Os empresários

querem compensações, por exemplo, para os gastos com encargos sociais. No Ministério dos Transportes, existe grande resistência à idéia. As empresas apresentarão a proposta também ao Ministério do Desenvolvimento, por meio da Camex, já que os exportadores são seus principais clientes. Elas buscam uma autoridade sensível ao pedido.

\*\*\*

### Sem perdão

Diz o senador tucano Antero Paes de Barros (MT) sobre a possibilidade de os parlamentares chegarem a acordo para evitar punição mais rigorosa a Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda: "A absolvição dos dois senadores significaria a punição do Senado inteiro." Como Barros, os senadores voltaram de seus Estados depois do feriado com a noção exata da dimensão que ganhou a violação do painel. Ele acredita que a população não perdoaria a opção por "aliviar a barra dos dois."

### Elogio da oposição

O líder do PPS no Senado, Paulo Hartung, acha que a articulação política do governo está se saindo bem no curso da crise atual por três motivos principais: não obstrui a criação da CPI da Corrupção; tirou o ministério do bate-boca do Senado; e retomou a reforma do Estado com a extinção da Sudene e da Sudam, só que agora "com apoio popular e sem depender de votações constitucionais". Hartung propõe uma agenda positiva para evitar que a CPI, se sair mesmo, paralise o País.

\*\*\*

## JOGO RÁPIDO

■ A Embraer recebe hoje uma visita oficial impensável nos tempos em que era estatal: Luiz Inácio Lula da Silva, que cumpre agenda de presidencial com chances reais de conquistar o poder.

■ O governo não desistiu de combater a proposta de regulamentação do uso de medidas provisórias. O presidente da Câmara, Aécio Neves, prometeu votá-la em abril, o que indica eficácia da resistência oficial.

■ O relator do Conselho de Ética do Senado, Saturnino

Braga, foi contra a filiação do governador do Rio, Anthony Garotinho, ao PSB, por temer o projeto presidencial que vinha junto.

■ Quem melhor definiu a acaresação de ontem na Comissão de Ética foi o senador Amir Lando (PMDB-RO): "O episódio gerou um impasse de afirmações". Ou seja, ninguém recuou de suas verdades ou mentiras anteriores.

■ A senadora Emília Fernandes, ex-PDT, faz festa amanhã no Rio Grande do Sul para comemorar sua filiação ao PT.